

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – RICARDO, Juliana de Souza. O acolhimento institucional de crianças e adolescentes com deficiência em face ao direito à convivência familiar e comunitária: uma análise do contexto do município do Rio de Janeiro. 2011. 112f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

2) Orientadora – RIZZINI, Irene.

3) Resumo –O Estatuto da Criança e do Adolescente garante a todas as crianças e adolescentes o direito a conviver com sua família e em sua comunidade. Contudo, ao se falar de criança e adolescente com deficiência percebe-se a fragilização deste direito frente às especificidades advindas do cuidado necessário. Isso se dá apesar dos diversos documentos legais apontarem para a importância da centralidade na família na formação de crianças e adolescentes, entendendo-a como espaço de proteção e desenvolvimento social. No entanto, a deficiência requer da família um cuidado maior gerando uma sobrecarga, na maioria dos casos, sobre um membro familiar no que tange ao cuidado. Quando temos a associação da deficiência à pobreza vemos a situação se agravar ainda mais levando, em determinados casos, muitas famílias a buscarem na institucionalização a “melhor” saída para o cuidado de seus filhos. O processo histórico da institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência perpassa dois outros processos: a assistência voltada à infância em situação de risco ou de vulnerabilidade social e ao movimento de ascensão da Psiquiatria no que se refere aos estudos sobre a „criança anormal“. A cultura da institucionalização de crianças e adolescentes perdurou por muito tempo em nosso país. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente ganha força a proposta da desinstitucionalização, proposta esta reforçada por diversos documentos no âmbito das políticas públicas anos mais tarde. O objetivo desta dissertação é analisar os motivos que ainda levam à institucionalização, crianças e adolescentes com deficiência no município do Rio de Janeiro, mesmo após duas décadas da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos avanços advindos a partir dos novos marcos legais voltados a essa parcela da população. A análise tem como base duas fontes de informação: uma revisitação dos dados colhidos pela pesquisa *Do confinamento ao acolhimento: mudando a prática de institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência no Estado do Rio de Janeiro* (CIESPI, em convênio com a PUC-Rio: CNPq/ Ministério da Saúde 2006-2008) e uma nova consulta de dados realizada a partir de visitas e entrevistas com diretores ou representantes das Instituições de Acolhimento localizadas no município do Rio de Janeiro (2010-2011).

4) Palavras-Chave: crianças; adolescentes; direito à convivência familiar e comunitária; abrigo; institucionalização, deficiência.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.